



**ORALIDADE E CIDADANIA: ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL
MAROJA NETO, DE BELÉM (PA), GANHAM VOZ E VOTO NO PROJETO
CÂMARA MIRIM**

**ORALITY AND CITIZENSHIP: STUDENTS OF STATE SCHOOL MAROJA NETO,
LOCATED IN BELÉM (PA), GAIN VOICE AND VOTE IN THE PROJECT
CÂMARA MIRIM**

Tânia Regina do Nascimento Monteiro*

Resumo: Relato e análise da experiência de estudantes de Belém (PA) no projeto Câmara Mirim, promovido pela Câmara dos Deputados. Mostra a contribuição do projeto na formação política e no desenvolvimento da competência linguística dos discentes, a partir da escrita e da oralidade, usando a língua como prática social e exercício de cidadania, fora do espaço físico da sala de aula. O projeto colocou os alunos em contato com diversos gêneros textuais e com o Parlamento em um contexto real e de interação. Os estudos foram baseados em bibliografias sobre gêneros de texto e nas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN).

Palavras-chaves: Língua Portuguesa; Cidadania; Oralidade; Produção Textual; Prática de Ensino.

Abstract: Reporting and analysis of the experience of the students from Belém (PA) in the project Câmara Mirim, sponsored by the House of Representatives. Shows the project's contribution in the political education of students and the development of their language skills, based on written and oral communication, using the language as social practice and exercise of citizenship, outside the physical classroom space. The project puts students in touch with different textual genres and with the Parliament in an interactive and real context. The studies were based on literature about textual genres and at guidelines of the National Curriculum Parameters for Portuguese Language (NCP).

Keywords: Portuguese Language; Citizenship; Orality; Textual Production; Teaching Practice.

* Tânia Regina do Nascimento Monteiro, mestranda do Profletras (UFPA). Especialista em Marketing, em Língua Portuguesa e Análise Literária, e em Língua Portuguesa: ensino aprendizagem. Jornalista, licenciada em Letras e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano - Educação Ambiental (tanniamonteiro@gmail.com).

1 Introdução - Para além dos muros

Desde que cursava Licenciatura em Letras, na Universidade Federal do Pará, por volta de 2004, as aulas de prática de ensino em língua portuguesa levavam-me a refletir sobre a importância de práticas pedagógicas diferenciadas que buscassem romper, no sentido simbólico, o espaço físico da sala de aula, e da própria escola, e proporcionassem aos alunos mais interação com o mundo a sua volta, com um ensino contextualizado e o uso da língua como prática social, conforme preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento lançado pelo Ministério da Educação (MEC), em 1997/1998, para dar um novo direcionamento ao ensino fundamental nas diversas áreas do conhecimento, entre eles, a da linguagem.

Mesmo não sendo obrigatórios, os PCN até hoje norteiam o ensino fundamental no Brasil e apontam caminhos para a construção de um processo de ensino voltado à cidadania, conceito recolocado por Gaventa (2008, p. 05) como “algo que é praticado mais do que concedido, ou seja, por meio dela, os cidadãos fazem e constroem mais do que usuários e consumidores de intervenções ou serviços desenhados por outros [...]”, indo em direção do que afirmam os Parâmetros:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos os saberes necessários para o exercício da cidadania. (BRASIL. MEC, PCN, 1998, p. 26).

Em oito anos de atuação no ensino da língua materna sempre procurei romper o velho modelo que privilegia exclusivamente a gramática e investi em práticas pedagógicas que estimulam no aluno o gosto pela escrita, pela leitura e pela análise linguística, por meio de aulas e projetos que asseguram a aquisição dessas competências de forma prazerosa e contextualizada, a partir dos mais diversos gêneros textuais e de atividades que promovem a interação social e inserem os discentes em contextos significativos para a sua formação como cidadão. Isso vai ao encontro do que indicam os PCN quando afirmam que “formar escritores competentes supõe propor [...] situações de produção de uma grande variedade de textos de fato e ‘aproximar’ as condições de produção das circunstâncias nas quais se produz textos reais” (BRASIL. MEC. PCN, 1998, p. 26).

Uma das ações desenvolvidas na área do ensino/aprendizagem da língua portuguesa levou a Brasília (DF), no dia 22 de outubro de 2013, 11 alunos da Escola Estadual Maroja Neto, de Belém (PA), para participar do projeto Câmara Mirim, da Câmara dos Deputados. O projeto proporciona aos alunos a experiência de ser deputado por um dia ao participar de uma sessão

ordinária da Câmara Federal, debatendo e votando três projetos de lei selecionados entre os enviados por eles à comissão organizadora. O Câmara Mirim também tem por objetivo aproximar as crianças e os adolescentes do Parlamento e estimular neles o interesse pela política, uma prática educativa estimulada em várias Câmaras Municipais. Como afirma Soares:

“a vinculação entre a Educação e a participação política encontra-se historicamente presente nas ideais de um Estado republicano democrático, ratificando a premissa de que um regime político definido como do povo e para o povo requer uma sólida formação escolar capaz de desenvolver a formação política completa para todos os cidadãos”. (SOARES, 2006, p. 84)

Por meio do projeto Câmara Mirim, a Escola Estadual Maroja Neto vislumbrou não somente contribuir para a formação política dos alunos, mas também melhorar o processo de produção de textos escritos e orais a partir do contato deles com gêneros textuais tão diversos (pareceres, projetos de lei, discurso político etc). No que se refere ao estímulo à oralidade, os discentes tiveram a oportunidade de usar a língua falada para argumentar e defender seus pontos de vista de forma crítica em uma situação comunicativa real e para além dos muros da escola, reforçando o que afirma Travaglia (2003, p. 23), que a linguagem é um lugar de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores em uma “dada situação de comunicação e em um contexto sociolinguístico e histórico”.

Os alunos fizeram uso da linguagem, tanto escrita como oral, em um contexto de compreensão e de intervenção em uma realidade, na busca de apresentar e até mesmo de convencer seus interlocutores sobre o que acreditavam, o que referenda o que preceitua Marcuschi (2004, p. 10) quando afirma que “o próprio ato de argumentar é o ato de persuadir pois procura atingir a vontade, envolvendo a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, buscando adesão e não buscando certezas”.

Portanto, este artigo tem o objetivo de relatar a experiência vivida pelos alunos no projeto Câmara Mirim, mostrar como este contribuiu para ampliar a competência comunicativa dos discentes, sobretudo no que se refere ao processo de oralidade e à formação cidadã. Foi elaborado também com o intuito de compartilhar com outros docentes e com o público interessado a metodologia criada para o trabalho.

2 Alunos ganham voz

Há dez anos, a Câmara dos Deputados, por meio do seu portal infantil da internet, o Plenarinho, promove o Câmara Mirim. O projeto, que envolve a participação de alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas de todo país, simula uma sessão ordinária da Câmara, em que os estudantes vivem a experiência de ser deputado por um dia, debatendo e votando projetos elaborados por eles próprios.

Em 2013, cerca de cinco mil escolas se inscreveram para participar do projeto. A Escola

Estadual Maroja Neto, de Belém (PA), foi uma das selecionadas juntamente com outros 11 estabelecimentos de ensino. Foi a primeira vez que uma escola da região Norte participou do evento.

Com o anúncio de que a Maroja Neto participaria do projeto, foi iniciado o processo de seleção dos discentes, aberto a todos que cursavam o ensino regular do ensino fundamental, do 5º ao 9º ano, conforme previa o regulamento. Dos 33 alunos inscritos, 11 foram selecionados por meio de critérios que priorizaram a participação, a pontualidade, o interesse e o bom desempenho em todas as atividades nas fases que antecederam a ida a Brasília (DF). Os pais e responsáveis de cada um deles foram chamados para autorizar a participação dos seus filhos no projeto, que implicava viajar para fora do estado. Também foi criada uma metodologia pedagógica de trabalho para assegurar a participação positiva dos alunos na programação na capital federal.

Uma das primeiras atividades realizadas na fase preparatória ao evento foi familiarizar os alunos com termos e expressões utilizados com frequência nas casas legislativas federal, estadual e municipal: voto, cidadania, participação política, democracia, entre outras, a fim de contribuir para o processo de formação política dos futuros deputados mirins. O trabalho consistiu, sobretudo, em pesquisas bibliográficas, exposição oral sobre o que tinham aprendido e debates sobre essas temáticas, quando os alunos tinham que expor opinião sobre os mais diversos assuntos. Eles também foram solicitados a consultar dicionários, sites de interesse, revistas e várias outras publicações que contribuíssem para ampliação do conhecimento deles sobre as questões propostas. Os discentes também pesquisaram sobre o trabalho parlamentar de cada um dos 17 deputados federais paraenses e ainda participaram de uma série de atividades indicadas pela equipe do Plenarinho por meio de material pedagógico enviado à escola. Todas as atividades foram ao encontro do que preveem os PCN quando se referem a formação de leitores:

Um leitor competente pode constituir-se através de uma prática constante de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que não pode [...] limitar-se à utilização de “textos” exclusivamente escolares, mas deve organizar-se em torno de textos que circulam socialmente. (BRASIL. MEC. PCN, 1998, p. 25).

Outro passo foi pesquisar e debater assuntos relacionados aos problemas amazônicos, como meio ambiente, desmatamento, demarcação de terras indígenas, o baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a construção da hidrelétrica de Belo Monte, quando todos expuseram de forma oral a sua opinião, já simulando um debate em plenário por meio do gênero textual discurso político, termo definido por Araújo (2011, p. 127) como “enunciados de caráter político, produzidos em ocasiões específicas como comícios, inaugurações e festas cívicas, ou mesmo em entrevistas, debates eleitorais, etc”. Os discentes consideraram a experiência positiva porque se apropriaram de temas que muitos ainda não

tinham conhecimento.

Um mês antes da sessão mirim em Brasília, o portal Plenarinho escolheu os três projetos que seriam debatidos e votados durante a simulação da sessão ordinária na Câmara. Eles foram enviados por estudantes de várias regiões do Brasil. O primeiro deles previa a arborização, pelo governo federal, das áreas do programa Minha Casa Minha Vida. Outro projeto de lei obrigava os cinemas de todo o país a dedicarem uma tarde por mês à exibição de filmes para crianças carentes. O terceiro projeto previa a inclusão do termo “açúcar” na tabela nutricional dos rótulos dos alimentos, a fim de que os consumidores soubessem a quantidade de açúcar que estão consumindo em cada alimento.

As cópias dos textos dos projetos de lei escolhidos em Brasília foram enviadas aos futuros deputados mirins do Maroja Neto, que passaram a estudar e a debater cada um deles, elaborando argumentos de defesa escritos e orais sobre os temas. Foram simuladas mini sessões na escola, em que os estudantes expuseram seus pontos de vista sobre os projetos diante de professores e outros servidores, como se estivessem em uma tribuna. Fávero; Andrade e Aquino (2002, p. 13) orientam que o ensino da oralidade não pode ser visto isoladamente, isto é, sem relação com a escrita, pois eles mantêm entre si relações mútuas e intercambiáveis. Assim escrita e oralidade se juntaram em todas as fases preparatórias ao projeto, com destaque para os textos orais que foram o foco prioritário de todas as ações pedagógicas que antecederam o Câmara Mirim.

No início de outubro, os alunos receberam um convite para visitar a Câmara Municipal de Belém, a fim de que conhecessem o funcionamento do legislativo municipal e também participassem de uma sessão. Nessa ocasião, eles tiveram a oportunidade de colocar em prática o que aprenderam na fase preparatória ao Câmara Mirim. Dois deles ganharam voz e subiram à tribuna para falar da importância da participação no projeto e das temáticas que iriam defender na Câmara Federal. Ambos foram alvos de elogios por parte dos vereadores por causa da forma clara, objetiva e coerente como expuseram as propostas. Sobre a prática da oralidade na escola Fávero; Andrade e Aquino (2002) afirmam:

A questão não é falar certo ou errado e sim saber que forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro de diferentes situações comunicativas e saber coordenar satisfatoriamente o que falar, como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. (FÁVERO; ANDRADE E AQUINO, 2002, p. 13).

A uma semana da viagem a Brasília, os debates sobre os projetos foram intensificados na escola e os alunos foram tornando-se aptos a falar sobre qualquer um dos temas. A partir dos argumentos que cada um deles defendeu durante as aulas, tanto por escrito como oralmente, foi elaborado um parecer favorável ao projeto de inclusão do termo “açúcar” na tabela nutricional dos alimentos e o documento foi enviado à Câmara dos Deputados, a pedido do portal

Plenarinho. A dinâmica do Câmara Mirim previa que outra escola, entre as selecionadas, teria que elaborar um parecer contrário à proposta. Ambos seriam lidos durante a sessão. O mesmo foi feito em relação aos demais projetos por outras escolas e alunos. Abaixo, um trecho do documento:

**PARECER SOBRE O PROJETO QUE INCLUI O “AÇUCAR” NA
TABELA NUTRICIONAL DOS ALIMENTOS**

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei que “inclui o açúcar na tabela nutricional dos alimentos”, de autoria da deputada mirim Ana Clara Paim Silva, que objetiva tornar obrigatória a informação na tabela nutricional da quantidade de açúcar contida nos alimentos, por meio da inclusão de uma nova categoria nessa tabela denominada “AÇUCAR”.

Nós, da Escola Estadual Maroja Neto, de Belém, representando as bancadas paraense e amazônica nesta sessão, ao analisarmos o projeto, observamos que se trata de um tema da maior relevância uma vez que a inclusão do termo “AÇUCAR” na tabela nutricional dos alimentos poderá contribuir para a melhoria da Saúde da população [...].

Sabe-se que hoje, o açúcar, na tabela nutricional dos alimentos, está incluído na categoria “Carboidratos”, mas como muitos não sabem que o açúcar também pode ser carboidrato, acabam consumindo o produto por falta de informações, o que pode colocar em risco a saúde daqueles que têm restrição ao açúcar.

Entendemos que a garantia da introdução da categoria AÇUCAR na tabela nutricional dos alimentos deve ser entendida como uma prioridade a fim de melhorar a dieta do brasileiro e evitar as consequências negativas do consumo excessivo de açúcar na alimentação das pessoas. Como sugestão, gostaríamos que fosse realizada uma audiência pública para ampliar a discussão sobre o projeto, envolvendo representantes do Ministério da Saúde, da indústria, do comércio, entidades médicas e de órgãos de defesa do consumidor.

Assim sendo, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do referido projeto, que tem nosso total apoio. É o nosso parecer. (CÂMARA MIRIM DA ESCOLA ESTADUAL “MAROJA NETO”)

Com essas práticas, principalmente no que se refere ao processo de oralidade, ficou evidente que o papel da escola não é de ensinar a falar, como explica Bechara (1985) *apud* Fávero; Andrade e Aquino (2002, p.12) “mas de mostrar aos alunos a grande variedade de uso da fala, dando-lhes consciência de que a língua não é homogênea, monolítica, trabalhando com eles os diferentes níveis (do mais coloquial ao mais formal) das duas modalidades – escrita e falada – isto é, procurando torná-los “políglotas” dentro de sua língua”. E o resultado apresentado pelos alunos em todas essas fases já anunciava o que estava por vir.

3 Desenvolvendo competências comunicativas a partir da oralidade



FOTOGRAFIA 1 - Pela primeira vez uma escola da região Norte integrou o projeto Câmara Mirim.

Fonte: JORNAL O LIBERAL, 2013. LOPES, Fabiano.

Os deputados mirins da Escola Estadual Maroja Neto chegaram a Brasília (DF) no dia 21 de outubro, véspera da sessão do Câmara Mirim, no plenário Ulisses Guimarães, da Câmara dos Deputados. Saíram do aeroporto direto para uma reunião com a coordenação do projeto, realizada na própria Câmara. Na reunião, conheceram o regimento da futura sessão e outros deputados mirins, entre eles os autores dos projetos que seriam debatidos em plenário.

Na saída da reunião, em contato novamente com os autores dos projetos selecionados, foi simulada de improviso uma rápida sessão mirim nos corredores do Congresso Nacional, quando os alunos paraenses expuseram oralmente aos presentes o que tinham aprendido durante as aulas preparatórias sobre as temáticas que estariam em debate. Esse foi um momento importante porque os professores presentes, a coordenação do projeto e outros que assistiram a breve apresentação elogiaram a competência comunicativa dos alunos na elaboração dos discursos.

Se a comunicação acontece sempre por meio de textos, pode-se dizer que, se o objetivo do ensino da língua materna é desenvolver a competência comunicativa, isto corresponde então a desenvolver a capacidade de produzir e compreender textos nas mais diversas situações de comunicação. (TRAVAGLIA, 2003, p. 19).

No dia da sessão do Câmara Mirim, 22 de outubro, devido ao bom desempenho dos alunos no dia anterior, muitos deles foram requisitados para conceder entrevistas à imprensa local e nacional, quando os deputados mirins paraenses mostraram mais uma vez as suas

competências linguísticas por meio da fala. Alguns tiveram mais desenvoltura que outros, mas todos alcançaram os objetivos propostos, considerando-se que o ato de falar apresenta uma variedade de elementos pragmáticos, como pausas, hesitações, alongamento de vogais e consoantes, repetições, truncamentos, entre outros, sendo, portanto um ato individual. Algumas dessas entrevistas podem ser vistas no portal Plenarinho.

Iniciada a sessão mirim, a Escola Maroja Neto foi a única que garantiu a presença de três alunos na tribuna do plenário, dois deles fazendo a defesa dos projetos Cinema para todos e Inclusão do açúcar na tabela nutricional dos alimentos. Uma aluna fez a leitura do parecer previamente enviado à coordenação do plenarinho, ratificando o apoio da bancada mirim paraense ao projeto da inclusão do açúcar nos rótulos dos alimentos.

Em todas as falas, os alunos procuraram utilizar termos próprios do discurso político, inclusive na saudação aos presentes. O aluno que defendeu a inclusão do termo “açúcar” na tabela nutricional dos alimentos iniciou seu pronunciamento com uma expressão sempre utilizada nessas situações comunicativas: “Bom dia, povo do meu Brasil, em especial povo do meu Pará” e, a partir daí, passou a explicar o porquê do apoio ao projeto, recorrendo também a jargões próprios do legislativo, como por exemplo, o pedido para a aprovação e encaminhamento do projeto. Burke; Porter (1997, p. 187) recorre a Pierre Bourdieu para explicar que o uso de jargões auxilia na associação a um grupo, estabelecendo papéis e hierarquias e atuando como um poderoso recurso para a comunicação e persuasão de valores e políticas no interior de uma comunidade mais ampla. Assim, segundo ele, o uso de jargão é um recurso fundamental do ser político, tanto com o intuito de falar politicamente (usando a linguagem reconhecida da política) como agir politicamente. Do alto da tribuna, portanto, no seu papel de deputado mirim, o aluno estava empoderado, conforme a situação exigia:

O discurso político é o espaço no qual as relações entre líderes e adeptos são exibidos de maneira mais clara. A linguagem política busca animar ideias, reduzindo a natureza infinitivamente variada da experiência humana a um nível controlável de tipos e processos, localizando o papel do orador político em relação ao seu público e colocando as palavras de maneira relevante no interior do contexto mais amplo do discurso social e político (BURKE; PORTER, 1997, p. 195).

A princípio, não estava programado que a aluna que fez a defesa do projeto Cinema para todos subisse à tribuna. De última hora ela foi convidada a manifestar a sua opinião sobre o tema, o que fez diante de todos os presentes sob aplausos, numa demonstração que tinha alcançado um certo domínio discursivo sobre a situação. Ao defender o projeto, ela destacou, sobretudo, a importância de alunos da rede pública de ensino terem acesso gratuito a eventos culturais. Sobre o conceito de domínio discursivo Marcuschi (2003, p. 23) explica que a expressão é utilizada para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de

atividade humana, que não são textos e nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante expressivos.

Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim o discurso se realiza nos textos. Os textos realizam discursos em situações institucionais, históricas, sociais e ideológicas. (MARCUSCHI, 2003, p. 24)

Após o término da sessão, os parlamentares mirins concederam entrevistas à mídia local e foram convidados para visitar os gabinetes de três deputados federais paraenses, ocasiões em que expuseram mais uma vez os projetos que haviam defendido e votado em plenário. Em cada gabinete, os alunos se revezaram nas falas, para que ao final todos tivessem tido o direito de discursar e de argumentar, o que fizeram com desenvoltura e conhecimento do assunto abordado. Ainda na Câmara Federal, a direção da escola recebeu um telefonema do gabinete de um senador paraense interessado em conhecer e receber os deputados mirins, o que foi feito durante uma sessão no plenário do Senado Federal. No contato com o senador, ocorreu mais uma rápida simulação da sessão mirim, quando os pequenos parlamentares novamente ganharam voz em defesa dos projetos que apresentaram. Missão dada, missão cumprida e os alunos retornaram a Belém com a certeza de que honraram muito bem o seu papel de deputado mirim por um dia na Câmara dos Deputados.

Em Belém, após a experiência, a Escola realizou uma programação para a entrega dos certificados aos alunos e, também, para que eles pudessem apresentar o projeto à comunidade escolar. No *hall* de entrada do colégio, carteiras foram organizadas de forma a lembrar um plenário legislativo e os discentes mais uma vez usaram a fala para expor a um grande público o que tinham aprendido em Brasília, aproveitando o momento para reivindicar a reforma da escola. A programação contou com a presença de um senador, de um vereador de Belém e de um deputado federal. Este último destinou à escola, via emenda parlamentar, um kit do projeto Cine Mais Cultura, do governo federal, criado para “democratizar o acesso à cinematografia nacional e apoiar a difusão da produção audiovisual brasileira por meio da exibição não comercial de filmes”, conforme define o Ministério da Cultura (BRASIL, MINC, 2015). A iniciativa veio ao encontro do projeto “Cinema para todos” defendido pelos alunos em plenário.

Na condição de deputados mirins do Pará, várias outras oportunidades surgiram para que os alunos exercitassem a oralidade em contextos semelhantes. Eles simularam uma mini sessão legislativa em um estande da Feira Panamazônica do Livro, realizada em Belém, e ainda participaram de uma sessão na Assembleia Legislativa do Estado, quando muitos deles subiram a uma tribuna para novamente reivindicar a reforma da escola e falar da experiência no Parlamento. A participação do Pará no Câmara Mirim e a desenvoltura dos alunos no projeto chamaram também a atenção de uma emissora de televisão local, que produziu um programa denominado Ideias que Transformam, com a participação dos pequenos parlamentares,

enfatizando a importância das escolas despertarem nos discentes o curiosidade pela política e por assuntos atuais de interesse da sociedade. Durante um ano, os deputados mirins foram referência dentro da escola, participando, opinando e contribuindo com decisões importantes para o dia a dia da comunidade.

4 Conclusão

A participação dos alunos da Escola Estadual Maroja Neto, no projeto Câmara Mirim 2013, da Câmara dos Deputados, foi importante não somente na vida dos alunos, mas também na vida dos docentes. A experiência constituiu-se em uma oportunidade para diversificar os espaços físicos das aulas e, sobretudo, desenvolver nos alunos competência linguística a partir da escrita e da oralidade, usando a língua como prática social e exercício de cidadania.

Chamou atenção a forma como os alunos foram evoluindo no processo da oralidade a cada fase preparatória ao Câmara Mirim. Nas primeiras aulas, alguns deles se mostraram tímidos e sem nenhuma e/ou pouca experiência para se manifestar publicamente por meio da fala. Mas a realização da série de debates, pesquisas e práticas de escrita e de oralidade reais e contextualizadas, além das experiências vividas tanto em Belém como em Brasília contribuíram para que se apropriassem dos gêneros textuais propostos, com proficiência, desenvoltura e no contexto de um domínio discursivo.

Ver os alunos discursando na tribuna da Câmara dos Deputados foi a materialização de um trabalho pedagógico que durou cerca de dois meses e meio. Nesse período, várias barreiras foram superadas para que os objetivos fossem alcançados. Por exemplo, o distúrbio na fala apresentado por um dos alunos foi ficando imperceptível à medida que os debates e discursos se intensificavam e avançavam e por causa da própria vontade dele de participar do projeto.

Em Brasília, notou-se também que os alunos se sentiram empoderados e se adequaram à situação de ser deputado por um dia, buscando constantemente oportunidades de se manifestar publicamente a cada contexto comunicativo. Foi assim no contato com os autores do projeto, nas entrevistas solicitadas e nas visitas aos gabinetes dos deputados federais paraenses. Cada um queria mostrar o que tinha aprendido e a manifestação em público foi a consolidação desse aprendizado. Durante a sessão mirim, até mesmo um grito de guerra foi criado por iniciativa dos alunos como forma de marcar presença no plenário e soltar ainda mais a voz.

O resultado dessa experiência garantiu aos alunos o contato com uma diversidade de gêneros textuais, o desenvolvimento da competência da oralidade, além da vivência de conhecer o funcionamento e a importância do Parlamento dentro de um contexto real e de interação. Eles viram onde, como e por que são elaboradas as leis do país e tiveram a oportunidade de expor ideias e opiniões para alguns dos representantes do Pará no Congresso Nacional.

Práticas como essas deveriam ser sempre estimuladas a fim de que o conteúdo das mais diversas disciplinas não fique estancado no limite da sala de aula e/ou da escola, mas possa ir

além, oferecendo aos discentes um processo de aprendizagem mais interessante, dinâmico, participativo e voltado à realidade.

No que se refere ao Câmara Mirim, muitas câmaras municipais do país incentivam o projeto, voltado tanto para crianças como para os jovens, mas seria interessante que o projeto fosse mais estimulado e realizado também em outros espaços, para que mais cidadãos pudessem se apropriar de temáticas importantes e, principalmente, pudessem desenvolver uma consciência crítica sobre os problemas e questões que atingem o Brasil, os seus estados e os seus municípios. Nas escolas, essa prática poderia ser incentivada por meio do processo de interdisciplinaridade e da junção de saberes, com a participação, inclusive, dos que foram eleitos para nos representar nas mais diversas esferas de poder, fazendo dos estabelecimentos de ensino também um agente do desenvolvimento local e propiciando aos discentes práticas não somente de produção de textos orais e escritos, mas também de cidadania.

Mesmo sem a tribuna de Brasília, o trabalho com o Câmara Mirim prosseguiu na escola, com parlamentares mirins usando a sua voz, sempre que foi possível, em defesa do espaço escolar, do bairro, da cidade, do estado, do país e dos ideais que acreditavam.

Referências

ARAÚJO, Murilo. Linguagem do poder, poder da linguagem: estratégias argumentativas em discursos de Vargas e Lula. In: Revista de Ciências Humanas, Vol. 11, Nº 1, p. 125-138, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo2evol11-1.pdf> Acesso em: 24 abril. 2015

BRASIL. CÂMARA MIRIM. Disponível em: < www.plenarinho.leg.br >. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. CONSTITUIÇÃO (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 29. abril. 2015.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF, 1997.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF, 1998.

_____. MINISTÉRIO DA CULTURA. CINE MAIS CULTURA. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/cine-mais-cultura>. Acesso em 27.03.2015

BURKE, Peter; PORTER, Roy (Org.). Línguas e jargões: contribuições para uma história social da linguagem. Tradução de Álvaro Luiz Hattner . São Paulo: Unesp, 1997. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=k0xAuRVdbJYC&pg=PA194&lpg=PA194&dq=peter+burke+jarg%C3%A3o+pol%C3>. Acesso em: 13 jan. 2013.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia; AQUINO, Zilda G. O. Introdução. In: _____. **Oralidade e escrita:** perspectivas para o ensino da língua materna. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GAVENTA, Jonh. Em Direção a uma Governança Local Participativa. Seis propostas para discussão. IDS, Universidade de Sussex: Brighton, 2001.

LOPES, Fabiano. **Fotografia.** Jornal O Liberal, Pará, 23 de outubro de 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros textuais e ensino.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Apresentação. In: KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SOARES, Suely Galli. **Educação e comunicação.** São Paulo: Cortez, 2006.

TRAVLAGLIA, L. C. **Gramática ensino plural.** São Paulo: Cortez, 2003.

Artigo recebido em: 30/09/2014

Artigo aceito para publicação em: 01/04/2015